

Apresentação das propostas

A ideia do "Colégio de Assistentes" foi apresentada pela servidora Cibele Costa Ramos Almeida. Conforme ela explicou, o objetivo é capacitar os servidores para auxiliar os magistrados na elaboração de sentenças. A prática está sendo implementada em conjunto com a Escola Judicial. A formação é dividida em uma primeira parte teórica, a cargo da Escola, e em uma segunda parte prática. A iniciativa está sendo bem sucedida, pois cinco servidores já se tornaram assistentes de juiz e há outros que já estão capacitados para essa função.

O juiz Marcelo Palma de Brito apresentou os resultados da prática "Intervenção Judicial Trabalhista em Grupo Econômico Executado por Meio da Aplicação Conjugada de Dispositivo do Novo CPC", que foi a segunda mais bem votada. Segundo o magistrado, perante a demissão de 700 trabalhadores sem pagamento de verba rescisória por uma fábrica que fechou as portas em 2014 e a dificuldade em levar adiante as execuções contra a pessoa jurídica, a intervenção judicial sobre seis empresas do grupo executado e o acionamento do Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens, criado pelo CNJ, redundou na obtenção de créditos parcelados equivalentes a R\$ 13 milhões, dos quais 8 milhões já foram recolhidos até o momento.

Ao falar da proposta que obteve a primeira colocação, o servidor Ricardo de Freitas Paixão falou das dificuldades que as varas se deparam na execução, lembrando que a taxa de congestionamento nessa fase de tramitação dos processos atinge 80%. Ubá tem o menor número de processos na execução. Segundo o servidor, a reunião das execuções, além de facilitar a obtenção dos recursos pelo trabalhador, evita que haja re-trabalho.

Autores da proposta que obteve terceiro lugar na votação, "Processamento Eletrônico das Execuções Provisórias e CLE de Autos Físicos", e de outras três práticas selecionadas entre as dez finalistas pela Corregedoria, o juiz Antônio Gomes de Vasconcelos e os servidores da 45ª Vara do Trabalho tiveram suas ideias apresentadas aos presentes no evento. Representando o grupo, fizeram uso da palavra o próprio magistrado e os servidores Leandro Wehdorn Ganem, Rômulo Soares Valentini e Cristina Camargos Batista de Oliveira, todos da referida vara, além da juíza Fernanda Bulhões, auxiliar fixa da 45ª e da 9ª varas. Para analisar os resultados obtidos, foi convidada a professora Thais Freitas de Oliveira, que pesquisadora do Programa Universitário de Apoio as Relações de Trabalho e à Administração da Justiça da UFMG (Prunart / UFMG)

Antônio Gomes de Vasconcelos se referiu às práticas apresentadas, que alteram aspectos de gestão e políticas de administração da justiça, como fruto de duas décadas e meia de experiência de trabalho em varas trabalhistas e do comprometimento de toda a equipe da vara. As propostas partem de uma visão sistêmica, diz o magistrado. Ele explica que todas as decisões foram coletivas: "as partes jurisdicional e administrativa nunca tomam decisões isoladas, uma área interfere na outra, assim conseguimos construir uma equipe de trabalho que traz resultados como fruto da criatividade, do esforço e do empenho de cada um dos servidores".

Leandro Wehdorn Ganem se referiu à prática "Audiência Preparatória de Instrução ou Tentativa Conciliatória no Interior da Vara Acompanhada por Assistente ou Servidor com Acompanhamento do Magistrado". A iniciativa consiste em, antes do início das audiências, promover tentativas de conciliação e adiantar os procedimentos prévios à instrução para otimizar a pauta.

A elaboração de um cronograma para as perícias, com divulgação prévia dos prazos, que garanta resultados disponíveis na audiência de instrução está na prática "Da Produção da Prova Pericial com Adoção do Termo de Designação de Prova Pericial", apresentada por João Paulo Rodrigues Reis.

Rômulo Soares Valentini discorreu sobre a prática "Processamento Eletrônico das Execuções

Provisórias e CLE de Autos Físicos", que obteve o terceiro lugar na votação. A inovação, que consiste na digitalização dos autos físicos, racionaliza o trabalho da vara ao eliminar algumas tarefas que não precisam ser realizadas nos processos eletrônicos, segundo o servidor. Ao mesmo tempo, evita que a secretaria tenha que trabalhar com dois sistemas diferentes. "Colocar o acervo no PJe permitiu alcançar bons indicadores, sem prejuízo na qualidade da prestação jurisdicional", explicou Valentini.

Ao abordar a prática "Otimização e Concentração de Ordens e Atos Processuais no PJe: Atas e Despachos/Alvarás/Ofícios no Mesmo Documento", a servidora Cristina Camargos Batista de Oliveira, também da 45ª Vara da capital, explicou a inovação que consiste em juntar diversos procedimentos num mesmo documento. Ela lembrou que uma das inovações do PJe é a eliminação de atos e serviços, como o atendimento no balcão e ao telefone.

Os índices obtidos pela 45ª Vara de Belo Horizonte, que tem o menor percentual de pendência de processos da capital, foram apresentados pela professora Thais Freitas de Oliveira, da Prunart / UFMG. Segundo a pesquisadora, os dados obtidos no estudo analisam como inovações gerenciais e administrativas podem trazer maior celeridade.

Ainda sobre as inovações implementadas na 45ª, a juíza Fernanda Bulhões, que atua nesta vara e também na 9ª, avaliou que muitas dessas práticas podem ser implementadas da mesma forma nas varas mais antigas (1ª a 40ª) da capital.

Vasconcelos ainda aproveitou a ocasião para fazer uma homenagem à servidora Cristina Camargo de Oliveira, prestes a se aposentar.